PSICOPERSPECTIVAS
INDIVIDUO Y SOCIEDAD
ISSN 0717-7798 ISSNe 0718-6924

Volumen 25, Número 3, 15 noviembre 2026
Artículo de Investigación Sección Temática
DOI: 10.5027/psicoperspectivas-vol25-issue3-fulltext-3837

Legitimação da palavra de mulheres em situação de violência: pesquisa em extensão

Legitimizing women's speech in situations of violence: research in university outreach

Mônica Eulália da Silva Januzzi *
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (monicajanuzzi@pucminas.br)
Jacqueline de Oliveira Moreira
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (jacqdrawin@gmail.com)
Juliana da Costa Fernandes
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (juliana3101@gmail.com)
Danielle Teixeira Tavares Monteiro
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (dani.ttm@gmail.com)
Maria Aparecida Marques Vasconcelos
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (consultorio.mariavasconcelos@gmail.com)
Neuza Carolina Guimarães dos Santos
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (guimaraesninha9@gmail.com)
Larissa Valim de Oliveira Farias
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (lvalimf@gmail.com)
Jéssyca Buenos Aires Machado
Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil (jessycabaires@gmail.com)
*Autora para correspondencia.

Recebido: 30-junho-2026 **Aceite**: 10-novembro-2026 **Publicação**: 15-novembro-2026

Citação recomendada: Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Fernandes, J. C., Monteiro, D. T. T., Vasconcelos, M. A. M., Guimarães dos Santos, N. C., Farias, L. V. O., & Machado, J. B. A. (2026). Legitimação da palavra de mulheres em situação de violência: pesquisa em extensão. *Psicoperspectivas, 25*(3). https://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol25-issue3-fulltext-3837

Resumo
A dimensão naturalizada da violência de gênero contra mulheres torna o feminicídio um fenômeno social complexo, caracterizado como uma grave violação de direitos humanos. Esse artigo aborda a violência de gênero contra as mulheres no Brasil, com base em uma experiência que combina pesquisa e extensão universitária, por meio da escuta de mulheres que sobreviveram a tentativas de feminicídio. A partir de uma perspectiva psicanalítica decolonial, essa escuta revelou a deslegitimação dos depoimentos sobre a violência vivida, entendida como uma segunda violência, naturalizada nas estruturas da sociedade patriarcal e neocolonial. Em resposta a isso, descreve-se a construção de dispositivos coletivos e individuais para ouvir, divulgar e dar forma ao discurso, na interface entre a psicanálise e a arte e em diálogo com outras epistemologias, em colaboração com uma organização não governamental que trabalha com mulheres de comunidades periféricas e com uma associação de mulheres que exercem o trabalho sexual. Analisam-se as condições sob as quais esses dispositivos permitem que o discurso das mulheres seja ouvido e colocado em circulação, seus efeitos e limites observados, bem como as lições aprendidas para a formação daqueles que ouvem.

Palavras chave: extensão, feminicídio, mulher, pesquisa, violência de gênero

Abstract
Social normalization of gender-based violence against women makes femicide a complex social phenomenon, characterized as a serious human rights violation. In this article, we discuss gender-based violence against women in Brazil, based on an experience articulating research and university outreach in listening to women who survived attempted femicide. From a decolonial psychoanalytic perspective, this listening brought to light the delegitimization of testimonies of lived violence, understood as a second violence, naturalized within the structures of patriarchal and neocolonial society. In response, the article presents the construction of collective and individual devices for listening to, circulating, and elaborating speech, at the interface between psychoanalysis and art and in dialogue with other epistemologies, in partnership with a non-governmental organization that works with women from peripheral communities and with an association of women sex workers. The article discusses the conditions under which these devices enable women's speech to be heard and put into circulation, their observed effects and limits, and the lessons learned for the training of those who listen.

Keywords: femicide, gender-based violence, outreach, research, woman

Conflitos de interesse: As pessoas autoras declaram não ter conflitos de interesse.
Financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/Brasil), Processo 407770/2025-9, Chamada CNPq/MCTI No. 44/2024 - Faixa A - Grupos Emergentes.

Publicado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Costuma-se dizer que o feminicídio é a etapa final de longos processos de violência de gênero vivenciados por uma mulher. Sabemos, no entanto, que a violência sexista e patriarcal é estrutural nas sociedades ocidentais, o que não nos permite reduzir o problema a uma questão temporal. A dimensão naturalizada da violência de gênero contra mulheres faz do feminicídio um fenômeno social complexo, caracterizado como uma grave violação de direitos humanos. No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei No. 11.340/2006) estabeleceu mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e a tipificação do feminicídio (Lei No. 13.104/2015) permitiu maior especificidade em seu registro. Entre 2015 e 2025, mais de 13 mil mulheres foram mortas por feminicídio no país; somente em 2025, foram registrados 1.568 casos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2026). Em uma perspectiva interseccional, a maioria delas (62.6%) é negra, metade tem entre 30 e 49 anos. Na outra ponta, estão as mulheres indígenas, representando 0.3% dos casos notificados. Dessas vítimas, 59.4% são mortas por seus companheiros íntimos, e 21.3% por ex-companheiros que não aceitam o fim do relacionamento (United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC] & ONU Mulheres, 2025).

A deslegitimação da palavra de mulheres em situação de violência é reiterada pelas próprias instituições responsáveis por sua proteção. Ao examinarem a violência institucional na justiça criminal em casos de crimes sexuais, Grubba e Vieira da Costa (2023) discutem processos de revitimização nos quais o relato das mulheres é sucessivamente posto em dúvida. No campo das intervenções psicossociais, experiências recentes têm recorrido a dispositivos grupais e artísticos como possibilidades de cuidado e elaboração do sofrimento. Lira (2024) relata uma experiência grupal com mulheres em um serviço de saúde mental, e Corrêa (2024) descreve oficinas terapêuticas, de orientação psicanalítica, com mulheres refugiadas que sofreram violência sexual. No âmbito da extensão universitária, Bueno et al. (2024) relatam a atuação em um projeto de prevenção à violência contra mulheres. Em revisão sistemática sobre intervenções psicoterapêuticas com mulheres em situação de violência por parceiro íntimo, Magnus et al. (2025) observam que a maior parte dos estudos compara medidas antes e depois da intervenção, e poucos examinam o processo terapêutico.

Na interlocução com esses trabalhos, permanece aberta a questão das condições em que a palavra de mulheres repetidamente desacreditadas pode ser escutada e posta em circulação nesses dispositivos, bem como dos limites e tensões que atravessam essa circulação. É sobre essas condições, sem desconsiderar os efeitos observados, que este artigo se debruça, na articulação entre pesquisa, extensão e escuta psicanalítica. Em 2023, mobilizados por esse fenômeno complexo da realidade social brasileira, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Brasil), (sob Código de Aprovação Ética CAAE 68591123.9.0000.5137) iniciou a pesquisa "Feminicídio à brasileira: heranças coloniais, reverberações estruturais" desenvolvida até a presente data (Januzzi et al., 2026; Januzzi, Moreira, Barbosa et al., 2024; Januzzi, Moreira, Guerra et al., 2024), que resultou no projeto de extensão de que trata este artigo.

Neste contexto, entendemos o feminicídio como uma continuidade das múltiplas violências coloniais que incidiram sobre os corpos femininos, considerando que, no Sul global, a história do país está profundamente marcada pelo colonialismo que nos fez existir como Estado-Nação, às custas do extermínio dos povos *Abya Yala*[1] e da diáspora africana (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2017). Assim, propomos modos de fazer pesquisa que articulem pesquisadores e participantes e que, diferentemente de perspectivas extrativistas, que reproduzem a hierarquia entre quem produz conhecimento e quem é tomado como objeto (Grosfoguel, 2016), assumam um compromisso ético com a realidade estudada. A pesquisa fundamenta-se em uma visão psicanalítica decolonial, entendida como crítica à colonialidade do poder e do saber que segue organizando hierarquias de raça e gênero na América Latina (Gonzalez, 2020; Quijano, 2005), e procura entender como a violência contra as mulheres no Brasil se perpetua com base em heranças coloniais.

Na escuta de mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio, um aspecto se mostrou recorrente: a desqualificação de seu testemunho tanto por instituições quanto pelas comunidades religiosas e

[1] Por sua diversidade cultural, não seria adequado nomear os povos originários e seu território por apenas um nome, como fez o colonialismo, ao batizar de "Novo Mundo" o continente americano.

culturais a que pertenciam, o que compreendemos como uma segunda violência, próxima ao que a literatura nomeia como revitimização (Grubba & Vieira da Costa, 2023). Diante disso e no âmbito de um projeto de extensão, foram construídos dispositivos de intervenção: ateliês mediados pela arte e atendimentos clínicos. Este artigo toma esses dispositivos como objeto e pergunta em que condições permitem que a palavra de mulheres reiteradamente desacreditadas seja escutada e posta em circulação, e que limites e tensões atravessam essa operação. Entendemos a legitimação da palavra não como autorização conferida pelas pesquisadoras, mas como intervenção sobre as condições sociais e institucionais que sistematicamente a desautorizam (Rosa, 2022).

Método

Trata-se de um estudo qualitativo de orientação psicanalítica, que analisa uma experiência de articulação entre pesquisa e extensão. Sua origem é a pesquisa *Feminicídio à brasileira: heranças coloniais, reverberações estruturais*, que escuta mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio, maiores de 18 anos, por meio de narrativas memorialísticas (Guerra et al., 2022; Januzzi, Moreira, Barbosa et al., 2024). Em um primeiro momento, entre 2023 e 2024, foram ouvidas 10 mulheres no estado de Minas Gerais; desde 2025, a pesquisa vem escutando mulheres indígenas e quilombolas, e prevê-se, em 2027, a escuta de 10 mulheres latino-americanas. O contato com as participantes se dá por meio de organizações governamentais e não governamentais, lideranças comunitárias e redes de pesquisadores.

A escolha desse método se deu por quatro razões: (i) as narrativas memorialísticas já vinham sendo utilizadas, no Brasil, para escutar indivíduos que vivenciaram o trauma da violência, de forma não invasiva; (ii) o uso da associação livre como orientação psicanalítica de escuta; (iii) o caráter não extrativista do método, que integra o pesquisador à realidade pesquisada, propondo ações alinhadas às demandas evidenciadas pelas participantes; e (iv) o diálogo interdisciplinar com outras epistemologias.

As narrativas, gravadas e transcritas, foram produzidas em encontros únicos com cada participante, em sua maioria presencial, a partir de um convite aberto, “conte-me sua história de vida”. A análise orientou-se pela escuta psicanalítica do discurso, atenta a significantes, repetições, marcadores sociais e à posição de cada participante em sua narrativa. Nas duas primeiras etapas da pesquisa, as transcrições foram discutidas pela equipe em reuniões quinzenais.

Durante o trabalho de análise das narrativas, nos deparamos com um aspecto recorrente em todas elas: a desqualificação da violência, a culpabilização da mulher e o silenciamento de sua palavra, relatados em momentos em que era preciso dar testemunho da violência sofrida, como em exames de perícias médicas, ocorrências policiais, atendimentos psicológicos e/ou no convívio com membros de uma mesma comunidade religiosa ou cultural, sobretudo quando se tratava de outras mulheres. Uma delas nos disse: “O que mais me doeu foi ouvir das mulheres da igreja que eu não era uma mulher de fé”. Outra mulher (indígena) nos conta: “Me doeu chegar na comunidade e ouvir das mulheres que eu não tive sabedoria”. Outra conta que, ao chegar para fazer o exame pericial, após ser agredida pelo ex-companheiro, o médico deu um tapa na cabeça da enfermeira e disse “Mulher tem que apanhar mesmo”, e sorriu.

Entendemos que, do lugar de quem ouvia o testemunho de silenciamento e desqualificação das mulheres da pesquisa, era preciso sustentar a escuta e dar-lhe lugar, sob pena de nos colocarmos na série das alteridades que naturalizam a violência de gênero contra a mulher. O que a pesquisa nos ensinou sobre a deslegitimação da palavra orientou a criação do projeto extensionista Láàyé[2] palavra iorubá que significa “viver” (Januzzi et al., 2025), realizado desde abril de 2024 pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). A extensão levou o aprendizado da pesquisa a outras mulheres em situação de violência, acompanhadas por organizações parceiras: uma organização não governamental que atende cerca de 200 mulheres e

[2] Essa referência é emblemática, porque os povos iorubás correspondem à maioria das pessoas escravizadas que chegaram ao Brasil, na diáspora africana da colonização.

famílias e uma associação gerida por prostitutas que atua na região central de Belo Horizonte, e reúne cerca de três mil associadas (Prefeitura de Belo Horizonte et al., 2024). É nesse deslocamento da escuta na pesquisa à construção de dispositivos com essas organizações, que se sustenta o caráter não extrativista que reivindicamos, ainda que ele não elimine as assimetrias entre universidade e participantes.

A prática do projeto é interdisciplinar e se estrutura em dois eixos: intervenções psicossociais e atendimentos clínicos. No eixo psicossocial, voltado a grupos, os dispositivos que nomeamos "ateliês" buscam promover, pelo recurso da arte, a circulação, a elaboração e a legitimação da palavra. Os ateliês são oferecidos nas comunidades e instituições por mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos, articulados às pesquisas de cada um, com o apoio dos demais extensionistas de graduação. O outro eixo, dos atendimentos clínicos, se dá pela oferta da escuta psicanalítica para quem demanda um espaço individual de elaboração. Ocorrem pela oferta de plantões psicológicos e acompanhamento individual de mulheres e familiares que se encontram em situação de violência. Os atendimentos são realizados por extensionistas e supervisionados por mestrandas e doutorandas, em encontros semanais, sob a coordenação da professora responsável, criando um círculo formativo entre pesquisa, ensino e extensão.

Para este artigo, selecionamos três ateliês que mobilizaram linguagens distintas (a estética relacional, o bordado e a literatura), de modo a observar diferentes modos de circulação da palavra, e um fragmento clínico escolhido pelo desafio que impôs à escuta e à supervisão. Trata-se de uma seleção feita *a posteriori*, com finalidade analítica, e não de uma amostra representativa das ações do projeto. Os ateliês, registrados em diários de campo pela equipe, são apresentados como relato das ações de extensão, com ciência das participantes e da organização parceira (nomes, locais e organizações foram suprimidos). O fragmento clínico, construído a partir das supervisões, consiste no aprofundamento teórico de uma situação surgida na prática profissional, com supressão ou alteração de dados que pudessem identificar a pessoa atendida, conforme preveem a Resolução CNS No. 510/2016 (art. 1o., parágrafo único, VII) e a Resolução CNS No. 674/2022 (art. 26, VII), em observância ao sigilo previsto no Código de Ética Profissional do Psicólogo (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2005, arts. 9o. e 16o.).

Resultados e Discussão

Ateliê "Da pele ao vestir"

Ao propor o conceito de estética relacional, Bourriaud (2009) compreende a arte como espaço de encontro, convivência e construção coletiva, deslocando o foco do objeto artístico para as relações humanas. A criação constitui, então, uma experiência compartilhada, capaz de produzir novas formas de sociabilidade e subjetivação. À luz desse conceito, a pesquisa e a intervenção artística no Projeto Láàyé, como o testemunho do ateliê que será aqui descrito, privilegiam a escuta, o encontro e a construção coletiva como dimensões centrais do processo criativo.

O ateliê "Da Pele ao Vestir" foi realizado na ONG Elos de Amor em março de 2026, com duração de três horas e 17 participantes. Começou com uma roda de conversa a partir da pergunta "Que marcas sua pele carrega?". As participantes falaram de temas como maternidade, relacionamento, violência, perdas, trabalho, corpo, e algumas retomaram a fala de outras, como quando uma delas disse: "Me sinto sozinha em casa". Lemos esse momento como a constituição de um campo de reconhecimento entre as participantes, em que a fala de uma encontrava eco na de outra. Posteriormente, as mulheres foram convidadas a intervir em um grande tecido. Foram disponibilizadas tintas, canetas, linhas e agulhas, todos na cor vermelha. Nesse momento, a criatividade transformou-se em encontro, e as intervenções no tecido surgiram de forma espontânea, sem direcionamentos prévios. Com o tecido finalizado, iniciou-se a costura de um vestido, em uma tentativa simbólica de entrelaçar todas as histórias. Após a conclusão desse processo, as mulheres foram convidadas a vestir a peça e a narrar a experiência de carregar aquele corpo coletivo, em uma ação performática que buscava trazer para o corpo próprio a memória compartilhada inscrita na obra.

À luz da estética relacional, interpretamos o vestido menos como representação do que como experiência compartilhada. Ao transferirem para o tecido marcas inicialmente narradas como individuais e, depois, vestirem coletivamente a peça, as participantes produziram um deslocamento do íntimo para o comum. Nesse sentido, o tecido pode ser lido como uma "pele expandida": suporte material no qual diferentes histórias encontraram inscrição e circulação, e o vestido, como um dispositivo de visibilidade e enunciação. Como a obra foi construída pelas mulheres, elas ficaram com ela e puderam dar continuidade na intervenção artística de forma autônoma. Durante o mês de março de 2026, elas a levaram para espaços públicos como ruas, passeatas, instituições nas quais foram discutir prevenção a violência contra a mulher entre outros espaços, o que reforçou ainda mais sua potência relacional. O vestido não se encerrou no ato performático inicial, mas permaneceu aberto à intervenção, recebendo mensagens de outros corpos, pessoas que eram convidadas a intervir no vestido com mensagens que reforçavam o combate a violência.

Ateliês de bordado livre

Há algo de subversivo quando mulheres se encontram para bordar. Durante séculos, associado ao espaço doméstico, como nos lembra Parker (2026), o bordado também pôde tornar-se dispositivo para a invenção de si e da relação com o outro. Portando agulha e linha, não se produz apenas um objeto artístico, mas deslocamentos diante dos efeitos da(s) violência(s) no corpo. Partindo dessa perspectiva, realizamos os ateliês de bordado livre na ONG Elos de Amor. O ateliê "Bordar com fios e afetos", constituiu-se um dos dispositivos metodológicos da pesquisa de doutorado intitulada "Bordar com fios e afetos: transmissão transgeracional e inscrição da palavra nas experiências artísticas de mulheres com histórias de violência(s)" (Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), sob o registro CAAE 91239525.0.0000.5137). Os encontros surgiram como espaço de escuta das mulheres participantes da ONG, desenhados para que a palavra pudesse encontrar condições de circulação e algo do singular se inscrevesse, mediados pelas propostas de bordado em fotografia e de customização de roupas com o bordado.

A escolha do bordado não foi por acaso. O bordado, esse "disparador" que puxa o "fio da meada" (e da palavra), carrega em sua história elementos da transmissão entre gerações. Alinhadas às contribuições de Parker (2026), que compreende o bordado como um fazer atravessado por relações históricas que participam da construção da feminilidade como uma categoria crítica, trilhamos um percurso de escuta dos relatos de violência de gênero, por meio do ateliê, como dispositivo clínico e político. Os encontros ocorreram entre 17 de agosto de 2024 e 5 de setembro de 2026, período em que foram realizados onze ateliês. Cada encontro teve duração de duas horas e reuniu até vinte participantes. Recriamos, na área externa da casa onde funciona a ONG, a atmosfera de ateliê, utilizando os recursos ali disponíveis. Sempre em formato de roda, com uma mesa de madeira ao centro, cadeiras em volta e um mural composto pelas fotografias bordadas nos ateliês anteriores, remontado a cada novo encontro. Sobre a mesa central, os materiais compartilhados: linhas, tecidos, tesouras de arremate e agulheiros. As crianças circulavam livremente pelo espaço, observando, desenhando, participando ou permanecendo ao lado das mães.

O trabalho com grupos, na pesquisa e no projeto Láàyé, foi entendido como um espaço que acolhe processos de elaboração psíquica e de criação. Cada ateliê era iniciado com um convite para que as participantes se apresentassem e compartilhassem algo sobre as fotografias e as roupas escolhidas para bordar. Ao final, um momento de partilha, em que cada uma falava sobre sua criação. Diferentes criações surgiram, assim como a maneira de cada participante se aproximar do bordado. Algumas experimentaram pela primeira vez o contato com a agulha e a linha e demonstraram curiosidade, mas também resistência diante de algo que ainda não sabiam fazer. Nas fotografias, as escolhas chamaram nossa atenção: houve quem bordasse asas sobre uma imagem em que aparecia ao lado do filho, quem marcasse a própria fotografia com um batom vermelho e quem escolhesse trabalhar imagens que evocavam os laços familiares. Enquanto os fios atravessavam o papel fotográfico, as conversas se alternavam com pausas e silêncios. Uma participante relatou que aguardava ansiosamente pelos encontros e destacou que, naquele espaço, não sentia vontade de chorar, descrevendo-o como leve e acolhedor. O ateliê, portanto, não se constituía apenas pelo que era produzido, mas também pelas

hesitações, pelas lembranças que encontravam ocasião para aparecer e pelos silêncios que acompanhavam o fazer.

Como aponta Parker (2026), o bordado pode tornar-se um instrumento de resistência, desafiando formas históricas de subordinação das mulheres. Tanto no projeto de extensão quanto na pesquisa de doutorado mencionada, estamos no campo das epistemologias feministas e "os feminismos abrem caminhos para a criação de imagens outras das mulheres" (Laurentiis, 2021, p. 47). Nogueira (2021) transmitiu que ter um corpo implica uma experiência de gozo que nem sempre encontra mediação na palavra. Essas práticas parecem favorecer modos singulares de elaboração, no encontro entre imagem, linha e palavra, no movimento que a agulha faz no tecido, entre avesso e direito, desenhando caminhos, costurando o excesso. Acreditamos que experiências artísticas coletivas, orientadas pela escuta psicanalítica, podem funcionar como contornos, acolhendo aquilo que, muitas vezes, transborda e permanece sem nome.

Ateliês de palavras

Os ateliês de palavras nasceram de uma aposta formulada em uma pesquisa de mestrado e levada para a extensão, a partir do diálogo entre a literatura e a psicanálise, com base na elaboração das experiências de mulheres. Tal aposta não é nova no campo psicanalítico. Freud (1907/2015) dialogou com a literatura através do entendimento de que o poeta precede o psicanalista. E o que é um ateliê de palavras, senão uma tentativa de fazer a palavra circular – a palavra escrita, falada e, sobretudo, silenciada, criando um espaço em que experiências sejam partilhadas e acolhidas para que os restos traumáticos da violência possam encontrar um contorno possível.

O primeiro ateliê ocorreu em 16 de agosto de 2025, também na ONG Elos de Amor. Intitulado "Entre mães e filhas", foi, assim como os outros, divulgado via postagem colaborativa na rede social *Instagram* e no grupo de *Whatsapp* da ONG. Dez mulheres, bem como três meninas, acompanhadas por suas mães, compareceram voluntariamente. O conto *Olhos d'água*, da escritora brasileira Conceição Evaristo (2016), e as reverberações da leitura nas participantes, encadeou a roda de conversa. As mulheres que participam dos ateliês, em sua maioria, moram em territórios periféricos da cidade e são negras. Observamos que traziam suas filhas e netas para os encontros, situando ali diferentes gerações. A literatura de Conceição Evaristo foi escolhida por abordar histórias bioficcionais de mulheres cujos corpos também são atravessados pela racialidade, violência e vulnerabilidades sociais, o que possibilitou diálogos sobre as relações mães-filhas, visto que tais lugares, muitas vezes, marcam a dinâmica da violência contra mulheres.

Significantes da ancestralidade e da transmissão intergeracional foram elementos marcantes. Muitas mulheres se emocionaram ao pensarem em suas mães ou em seus relacionamentos com as próprias filhas. As falas das participantes marcaram a figura da mãe como aquela que "sabe, mesmo antes da gente falar", "que é uma super-heroína". Mas, além da maternidade, a dimensão do feminino surgiu em falas que evidenciaram a dificuldade em não ser apenas mãe e não se anular como mulher na maternidade. Interpretamos um certo alívio, que pareceu circular conforme compartilhavam a frustração de não saberem como não priorizar os filhos acima de tudo, por vezes ultrapassando a si mesmas. Ante as imposições do familismo que incidem sobre o sujeito identificado com a noção colonial que define o que é uma mulher, a coletivização da experiência parece, em nossa observação, atenuar um pouco da culpa e/ou vergonha ante o sentimento de poder ser mulheres a seu próprio modo.

Conforme o encontro foi sendo produzido, percebemos nas falas um deslizamento do ideal consolidado da mãe super-heroína, que dá conta de tudo, que nasce pronta para a maternidade, entendida como destino último, para outras possibilidades de lidar com a maternidade, ou mesmo de poder escolher não ser mãe. Ao contrário do que encontramos no próprio Freud (1933/2023), a maternidade pode não ser uma solução para a relação com o feminino ou a feminilidade. As participantes partilharam e elaboraram sobre como era difícil ser mãe, sobre as dores da gestação e parto, e sobre como somente após suas filhas(os) nascerem foi que se viram aprendendo a ser mães. Com o decorrer do ateliê, observamos, em suas falas, que a maternidade passou a ser transmitida como uma escolha difícil em muitos momentos e como um aprendizado constante, demandando trabalho.

Em um segundo ateliê, intitulado “Traçando destinos de mulheres”, realizado no dia 23 de maio de 2026 e igualmente divulgado, 18 mulheres (18-65 anos) e 3 meninas (11-17 anos), acompanhadas por suas mães, participaram voluntariamente. Propomos a leitura do conto *A língua do “p”*, da escritora brasileira Clarice Lispector, que relata a violência contra as mulheres como um “destino implacável” (Lispector, 2020). Por meio do conto, buscamos mapear a trajetória de mulheres brasileiras em suas experiências com a violência de gênero, como um real que se apresenta em seus corpos, como destino social preestabelecido, e provocar reflexões e rupturas capazes de originar outros destinos possíveis, entendendo o destino não como algo determinado, mas como invenção e construção em resistência.

As participantes contaram experiências de violência e comentaram sobre como o lugar da maternidade pode aprisionar mulheres em uma culpabilidade que as mantém em relacionamentos abusivos por acreditarem ser preciso, a qualquer custo, garantir uma família para os filhos. Além disso, muitas mencionaram a condição de dependência econômica do marido como um fator que igualmente dificultava a saída do relacionamento. Neste ponto, no que toca a realidade social e moral, que vulnerabiliza mulheres de modo que a saída de um relacionamento violento se apresenta também como um perigo, percebemos limites de intervenções como o ateliê. Os ateliês são dispositivos importantes, mas não suficientes. Posteriormente, nós as convidamos para um giro da palavra, uma invenção acerca de outros “destinos” possíveis. Um fio que pareceu enlaçar os diferentes depoimentos partilhados foi a importância da coletividade entre mulheres. Ao falarem de suas próprias vivências, percebemos questionamentos sobre a naturalização da violência. Na coletividade da palavra que circulava, ao transmitirem suas experiências e refletirem sobre a normalização equivocada da maternidade idealizada e da violência de gênero como “destino implacável”, observamos que o laço de sororidade se fortalecia entre essas mulheres, possibilitando resistência para a invenção de novos destinos, construídos por elas mesmas, sintetizados por meio de palavras que ofereceram ao grupo. Quando pedimos para escreverem uma palavra que poderia representar outros possíveis destinos a serem construídos para as mulheres, elas responderam: amizade sincera; liberdade de ser; conhecimento; cumplicidade; ser, desejar e movimentar; confiança; respeito; união e alegria. Esta última palavra, “alegria”, demarca para nós o desejo de outro destino. Apesar do traumático do real da violência, no laço de sororidade, interpretamos que na circulação das palavras e na elaboração conjunta propiciada, a alegria entre essas mulheres resistia e fazia borda.

A clínica da violência ao feminino na formação extensionista

Aqui, a escrita une dois lugares formativos: dos extensionistas da graduação, implicados na escuta psicanalítica de mulheres e familiares em situação de violência de gênero; e de pesquisadoras da pós-graduação (mestrandas e doutorandas) que atuam na supervisão clínica dos casos. Essa prática nos exige uma leitura que antecede a cena clínica e nos inscreve nas condições psicossociais de produção do sofrimento sociopolítico (Rosa, 2022). Segundo a autora, para grande parte dos segmentos da população, segregados do *socius*, o sofrimento nasce de sua desqualificação no laço social, assim como a articulação das dores do corpo com os impasses da sobrevivência, configurando um desamparo discursivo. No caso do Projeto Láàyé, esses impasses se tornam ainda mais evidentes pela inserção em territórios atravessados por desigualdades de gênero, raça, classe, estigma, precarização do trabalho e violência institucional, convocando-nos a uma escuta situada, partindo de uma psicanálise que dialoga com a cidade e outras epistemologias, em um campo no qual determinadas vidas são sistematicamente expostas ao descrédito, à precariedade e à violação de direitos.

Essa perspectiva se torna particularmente importante em uma das frentes de atuação atuação do Láàyé, desenvolvida em parceria com uma organização da sociedade civil fundada e gerida por prostitutas na cidade de Belo Horizonte, Brasil. Por meio dessa parceria, são ofertados plantões psicológicos e acompanhamento individual a mulheres que demandam um espaço particular de elaboração diante das violências múltiplas e outras formas de sofrimento que atravessam suas experiências. Barreto (2015), ao estudar o contexto das trabalhadoras sexuais de Belo Horizonte, destaca que a prostituição é atravessada por disputas em torno do trabalho, do gênero, da moralidade, do território e do reconhecimento político das prostitutas como sujeitas de direitos. Ao mesmo tempo, revela também vivências e narrativas tensionadas por tais discursos, afirmando experiências de autonomia, resistência

e enfrentamentos, sustentados na importância de reconhecer um corpo político que não está reduzido exclusivamente à condição de vítima ou objeto de intervenção.

A violência de gênero, no contexto do trabalho sexual, não se restringe ao episódio agressivo nem ao modelo doméstico-conjugal. Atualiza-se na dupla discriminação vivida por mulheres (e) prostitutas, que vivenciam a violência misógina e sexista no cotidiano do trabalho, nos conflitos com clientes e instituições, na dificuldade de acesso às políticas públicas, na naturalização das violações e no descrédito de suas palavras (Fernandes et al., 2024). Nesse contexto, escutar mulheres prostitutas é também escutar os efeitos mais enraizados na sociedade acerca dos estigmas, discursos e relações de poder que incidem sobre o "ser mulher" em uma sociedade ocidental patriarcal e neocolonial. É escutar o que há de mais êxtimo (Lacan, 1959-1960/1988) desse contexto, ou seja, o que há de mais íntimo e social que atravessa seus corpos e suas histórias. Por isso, se a leitura psicossocial permite situar os processos de vulnerabilização, a ética psicanalítica sustenta a escuta da singularidade (Conceição & Marcos, 2025). Essa articulação se torna ainda mais precisa quando se considera a organização do trabalho sexual na região central de Belo Horizonte. Nessa área, há diferentes prédios, denominados "hotéis", em que as mulheres trabalhadoras do sexo alugam quartos por turno ou diária. Para muitas delas, especialmente aquelas que migraram de outras cidades ou Estados (Andrade, 2022), esse quarto é também local de trabalho e espaço provisório de moradia, guarda de pertences e sustentação mínima de uma rotina. É nesse campo que apresentamos o fragmento clínico adiante.

Fragmento clínico: a escuta no território

L., trabalhadora do sexo, foi acompanhada pelo Projeto Láàyé por uma extensionista orientada pela psicanálise. O acompanhamento exigiu um duplo deslocamento: geográfico, pois foi preciso ir até o quarto onde L. vivia e trabalhava e do qual, havia dias, recusava-se a sair; e ético, ao sustentar uma escuta diante de uma mulher em intenso isolamento. L. acumulava objetos e resíduos que, segundo ela, faziam-lhe companhia e permanecia no quarto à espera de clientes que já não vinham.

A escuta de L. iniciou-se em seu quarto de hotel, espaço em que se condensavam trabalho, moradia, isolamento, precariedade e sofrimento psíquico. No primeiro encontro, L. dirigiu à extensionista uma pergunta que orientou a direção clínica: "Eu sou doida?". A interrogação colocava em cena o modo como se via capturada por nomeações anteriores, associadas à loucura e à experiência de exclusão. Ao longo dos encontros, fragmentos de sua história foram sendo narrados, até a entrada no trabalho sexual. Na cidade, L. dizia encontrar no quarto uma possibilidade de permanência, sem precisar disputar lugar em outros espaços de prostituição. Ao mesmo tempo, no hotel, pagava rigorosamente a diária, diante do medo de ficar sem um lugar para morar. Em diferentes momentos, as intervenções da extensionista implicaram acompanhar L. nas ruas e equipamentos de políticas públicas da cidade, seja na articulação de cuidados em saúde, como fazer exames. L. demandou que a extensionista a acompanhasse nas ruas para comprar um vestido novo e na ida ao salão de beleza, para cuidar dos cabelos. Lemos esses movimentos como pequenas aberturas no circuito de isolamento em que se encontrava. A clínica, nesse caso, operou também pelo acompanhamento de passagens mínimas entre o quarto e a cidade, entre o corpo exposto ao abandono e a possibilidade de algum endereçamento ao Outro.

O acúmulo de sujeira e o odor produzido no quarto de L. começaram a incomodar aqueles que circulavam pelo hotel, clientes e outras trabalhadoras sexuais, tornando mais evidente a dimensão social e institucional do caso. Um cliente expôs publicamente sua situação, e L. deixou o hotel pouco depois. A cena recolocou, de modo contundente, a dupla violência que a atravessava como mulher prostituta e em situação de intenso sofrimento psíquico. De um lado, a precariedade material e a segregação cotidiana; de outro, o olhar social que transformava seu corpo e seu espaço em objeto de escárnio, controle e expulsão. Sustentar a escuta de L. significou fazer resistência à tendência de reduzi-la à sujeira, à loucura, ao risco ou à inadequação, abrindo a possibilidade de que ali houvesse um sujeito a ser escutado.

Supervisão e formação

A psicanálise praticada nos trópicos tem exigido, como escreveu Gonzalez (2020), a formação de analistas sob uma lente que saiba reconhecer o racismo que se apresenta pelo viés neocolonial do

patriarcado, pela misoginia que surge na violência de gênero. A experiência do Projeto Láàyé junto a mulheres em situação de violência de gênero suscita questões acerca dos limites e das possibilidades da prática psicanalítica diante das condições sociopolíticas que atravessam o sofrimento. Lacan (1964/2003) distingue a psicanálise pura, vinculada à experiência analítica e à formação do analista, da psicanálise aplicada, orientada ao tratamento e aos seus efeitos terapêuticos, distinção retomada por Miller (2001) ao discutir a especificidade da clínica psicanalítica em relação à psicoterapia.

A experiência extensionista, contudo, coloca em discussão a suficiência dessas distinções para abordar situações nas quais a violência e as desigualdades sociais participam das condições em que o sofrimento se manifesta. A psicanálise implicada, discutida por Rosa (2013), oferece uma orientação clínico-política que considera a dimensão sociopolítica do sofrimento e as relações de poder que atravessam a experiência dos sujeitos. Já a psicanálise situada, discutida por Wald et al. (2022), questiona a pretensão de neutralidade e universalidade do conhecimento psicanalítico, reconhecendo sua inscrição em condições históricas, culturais e sociais específicas. Essas perspectivas colocam o problema de como sustentar a especificidade da prática analítica em contextos nos quais as condições materiais de existência e as relações de poder participam da constituição das demandas dirigidas à clínica. Partindo do que chamamos uma psicanálise em extensão, isto é, da circulação do discurso psicanalítico e de seus efeitos no laço social para além dos espaços convencionais, a extensão universitária torna-se um espaço de interlocução entre a formação analítica -sustentada nos estudos teóricos, na análise pessoal e na supervisão clínica- , o ensino, a pesquisa e as práticas de cuidado.

A escuta de mulheres atravessadas pela violência de gênero e por marcadores interseccionais de vulnerabilidade coloca para a formação do aluno extensionista e do analista em formação, o desafio de sustentar uma escuta ética de corpos que falam das margens. Ao tensionar saberes previamente estabelecidos, a construção de uma formação mais sensível às expressões contemporâneas do mal-estar neocolonial é uma aposta que se sustenta na escuta da singularidade atravessada pelo letramento que incide nos sofrimentos sociopolíticos, evitando interpretações moralizantes, universalizadas ou patologizantes da experiência da violência ao feminino (Faustino & Rosa, 2023; Guerra & Bispo, 2023). Neste ponto, a formulação de Laurent (1999) acerca do analista cidadão oferece uma chave de leitura importante para a experiência retratada. Ao criticar a posição do analista restrito ao lugar de intelectual crítico ou de especialista da desidentificação, ele propõe uma presença implicada no campo social, sensível às formas de segregação e capaz de participar dos dispositivos institucionais sem abdicar da ética analítica.

No caso de L., essa posição se traduziu na sustentação de uma escuta que fez obstáculo à redução da mulher ao objeto-dejeto e ao reiterado estigma que articula a mulher e a loucura. A presença da extensionista no quarto em que L. morava, trabalhava e existia, o acompanhamento em deslocamentos possíveis pela cidade e a articulação de cuidados em saúde não operaram como pedagogia da adaptação, mas como suporte para pequenas inserções no laço social que nomeamos uma posição antissegregativa a partir da escuta, visto que se sustenta a particularidade do sujeito ali onde o laço social tende a produzir silenciamento, expulsão ou desqualificação.

Essa orientação exige também interrogar o lugar da equipe na leitura do que se passa no acompanhamento. Retomando a definição de legitimação apresentada na introdução, cabe considerar como nossas expectativas de cuidado e elaboração participam das intervenções e dos sentidos atribuídos às falas das mulheres. No caso de L., distinguir seus pedidos das expectativas da equipe constitui uma questão para a supervisão, assim como examinar em que medida nossas interpretações encontram sustentação no que ela pôde dizer. Em cenários de privação radical, como apresentado no fragmento clínico, o significante é reduzido à sua nudez (Miller, 2008)[3]. Essa constatação consiste na posição fundamental, capaz de interromper uma reprodução violenta, isto é, o silenciamento e a culpabilização sofridos pelas sobreviventes de violências institucionais, sociais e estruturais. A formação, nesse contexto, desafia-nos a não responder à demanda de um lugar pedagógico ou julgamentos morais, mas

[3] Miller, J.-A. (2008). *Coisas de fineza em psicanálise* [Curso de Orientação Lacaniana III, 11]. Curso inédito.

a sustentar a falha do sentido para que o sujeito possa se reconhecer para além da etiqueta de objeto-dejeto imposta pelo discurso patriarcal e colonial (Butler, 2019, 2022).

A experiência formativa é atravessada, assim, pelo desafio de manejar a implicação subjetiva sem reproduzir a lógica, reiterada na sociedade brasileira, de culpabilização da mulher pela violência sofrida. Em supervisão, a responsabilização do sujeito não é tomada como julgamento moral, mas como possibilidade de localizar saídas que não se reduzam à repetição da cena violenta. Onde o simbólico falha e o trauma se apresenta em sua dimensão de real, o analista em formação é convocado a operar como parceiro na construção de pequenas amarrações, sustentando pontos mínimos de enlace entre corpo, palavra e laço social.

Nossa aposta recai, portanto, em uma clínica, sustentada pelas soluções encontradas pelo sujeito, que privilegia a intervenção necessária, em vez da busca por sentidos infinitos alienados em discursos de perpetuação da violência. No caso L., ao operarmos no avesso da interpretação, buscamos desarticular a incidência dos significantes da violência e da segregação que recaíam sobre ela como prostituta, louca, mulher, na orientação de favorecer um novo saber-fazer com o sintoma (Miller, 2009). Nos acúmulos que faziam companhia a L., como dizia, deslocamos o olhar moralizante sobre a sujeira para interrogar, a partir de sua fala, se havia ali uma tentativa singular de fazer borda à solidão. O acompanhamento de L. permite discutir a relação entre escuta, oferta de cuidados e condições de permanência no território. Os pedidos dirigidos à extensionista e os deslocamentos acompanhados coexistiram com a exposição pública de sua situação e a saída do hotel. Esse desfecho limita as conclusões sobre a sustentação dos apoios construídos e recoloca a questão da continuidade do cuidado. Para a formação, o fragmento oferece um problema a ser trabalhado: como considerar as soluções e demandas do sujeito diante de condições sociais que restringem suas possibilidades de permanência e proteção.

Conclusões

Este artigo parte da constatação -extraída da escuta de mulheres sobreviventes de tentativas de feminicídio-, que o testemunho da violência é recorrentemente desqualificado por instituições e comunidades de pertencimento, o que nominamos como uma segunda violência, próxima ao que a literatura descreve como revitimização (Grubba & Vieira da Costa, 2023). Diante disso, perguntamos em que condições, dispositivos construídos no âmbito de um projeto de extensão, permitem que a palavra de mulheres reiteradamente desacreditadas seja escutada e posta em circulação. Ao retomar essa questão, não pretendemos generalizar resultados, mas sistematizar o que a experiência permitiu formalizar.

A análise dos ateliês e do fragmento clínico indica ao menos três condições. A primeira é a constituição de um espaço coletivo em que a fala de uma participante encontra eco na de outras, deslocando a experiência da violência do registro estritamente privado para um campo compartilhado de reconhecimento. A segunda é a mediação da arte e da literatura -o tecido, o bordado, o conto-, que oferecem suporte para dizer de modo indireto aquilo que dificilmente se enuncia em primeira pessoa, e para inscrever algo da experiência quando a palavra falta. A terceira, evidenciada no atendimento individual, é a disposição da equipe de se deslocar até onde a mulher se encontra, sustentada por um dispositivo de supervisão que permite interrogar as próprias expectativas de cuidado.

Essas condições permitem precisar o sentido de legitimação adotado neste trabalho. Legitimar a palavra não equivale a atestar a veracidade de um relato nem a conferir a ele uma autoridade, mas a intervir sobre as condições que desautorizam essa palavra no laço social (Rosa, 2022). Nessa perspectiva, os dispositivos não produzem a palavra das mulheres; operam sobre o contexto de desqualificação que a impede de circular. Com isso, o artigo procura contribuir para a discussão sobre intervenções grupais e mediadas pela arte com mulheres em situação de violência (Corrêa, 2024; Lira, 2024; Magnus et al., 2025), ao propor a deslegitimação do testemunho como eixo de leitura dessas experiências.

Há limites que precisam ser considerados. A maior parte dos ateliês consistiu em encontros únicos, o que restringe a observação de efeitos ao longo do tempo. A dependência econômica, os vínculos familiares e as condições materiais de existência relatadas pelas participantes indicam aquilo que um dispositivo grupal não pode, por si só, transformar. No caso de L., a interrupção do acompanhamento, após a exposição pública da sua situação, mostra que a escuta não é suficiente diante de condições sociais que impedem a permanência no território. Permanecem, ainda, as assimetrias entre a universidade e as mulheres participantes, que se expressam, inclusive, em quem escreve e assina este texto, o que relativiza o caráter não extrativista reivindicado e o mantém como compromisso a ser continuamente examinado (Grosfoguel, 2016).

No que se refere à formação, a experiência extensionista coloca estudantes e supervisoras diante da exigência de sustentar uma escuta que não reproduza a culpabilização da mulher nem responda à violência com intervenções moralizantes ou patologizantes. Tal exigência aproxima a prática do que Laurent (1999) formulou como a posição do analista cidadão e reafirma a necessidade de uma psicanálise atenta aos efeitos da colonialidade e do racismo sobre o sofrimento, influenciada, como propôs Gonzalez (2020), pelos saberes ameríndios e amefricanos. Como desdobramentos, destacam-se a necessidade de acompanhar os dispositivos ao longo do tempo, de incluir de modo mais sistemático a perspectiva das próprias participantes sobre as ações e de ampliar a escuta a outros territórios, como prevê a etapa da pesquisa com mulheres latino-americanas. Esperamos que, no contexto de uma pesquisa em extensão, possamos, mais do que transformar, ser transformados.

Referências

Andrade, C. B. (2022). Migrações e mulheres: o que podemos aprender a partir da interseccionalidade? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, *26*, e210473. https://doi.org/10.1590/interface.210473

Barreto, L. C. (2015). "*Somos sujeitas políticas de nossa história": prostituição e feminismos em Belo Horizonte* [Tese de doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160706

Bourriaud, N. (2009). *Estética relacional* (D. Bottmann, Trad.). Martins Fontes.

Bueno, N. C., Maciel, D. E., & Santos, P. F. N. (2024). A atuação do Serviço Social na extensão universitária: as experiências no Projeto Frente de Prevenção à Violência contra Mulheres. *Emancipação*, 24, 1-14. https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.2422650.010

Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"* (V. Daminelli & D. Y. Françoli, Trads.). n-1 edições.

Butler, J. (2022). *Desfazendo gênero* (A. Bretas et al., Trads.). Editora Unesp.

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. (CEPAL, 2017). *Los pueblos indígenas en América (Abya Yala): desafíos para la igualdad en la diversidad* (LC/PUB.2017/26). Nações Unidas. https://igualdad.cepal.org/en/digital-library/los-pueblos-indigenas-en-america-abya-yala-desafios-para-la-igualdad-en-la

Conceição, L. G. B., & Marcos, C. M. (2025). Psicanálise e território: a escuta nas quebradas. *Psicologia & Sociedade*, *37*, e290589. https://www.scielo.br/j/psoc/a/QnBJr84fMKkMTytb7bz7H7S/?format=pdf&lang=pt

Conselho Federal de Psicologia. (2005). *Código de ética profissional do psicólogo*. CFP.

Corrêa, É. T. (2024). *Oficinas terapêuticas com mulheres vítimas de violência sexual: atendimento a refugiadas africanas* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Repositório Institucional da UFMG. http://hdl.handle.net/1843/75962

Evaristo, C. (2016). *Olhos d'água*. Pallas; Fundação Biblioteca Nacional.

Faustino, D. M., & Rosa, M. D. (2023). O mal-estar colonial: racismo, indivíduo e subjetivação na sociabilidade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, *35*, 1-17. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275160

Fernandes, J. C., Fernandes, E. M., Souza, A. R. A. C., & Saadallah, M. M. (2024). Trabalho sexual na Guaicurus: (re)existências e luta por direitos e autonomia. Em M. C. M. Teodoro e C. E. C. Vieira (Orgs.), *Diálogos sobre a saúde mental relacionada ao trabalho: XV Congresso Latino-Americano de Direito Material e Processual do Trabalho e II Congresso Internacional de Saúde Mental na Contemporaneidade* (pp. 93-104). PUC Minas. https://bib.pucminas.br/pergamumweb/download/EBC20AC8-E4F3-4666-8848-2C2B63DCB9DF.pdf

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026). *Retrato dos feminicídios no Brasil* [E-book]. FBSP. https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/291

Freud, S. (2015). O delírio e os sonhos na Gradiva de W. Jensen. Em S. Freud, *Obras completas: O delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909)*. (Vol. 8, pp. 13-118). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1907).

Freud, S. (2023). A feminilidade. Em S. Freud, *Obras incompletas de Freud: Amor, sexualidade, feminilidade*. (Vol. 7). Autêntica. (Trabalho original publicado em 1933)

Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (F. Rios y M. Lima, Orgs.). Zahar.

Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado, 31*(1), 25-49. https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100003

Grubba, L. S., & Vieira da Costa, G. (2023). Violência institucional contra mulheres na justiça criminal. *Prim@ Facie*, *22*(49). https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2023v22n49.64797

Guerra, A. M. C., & Bispo, F. S. (Orgs.; 2023). *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial*. n-1 Edições.

Guerra, A. M. C., Moreira, J. O., & Silva, A. C. D. (2022). Narrativas memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais. *Psicologia em Estudo*, *27*, e47143. https://www.scielo.br/j/pe/a/CWhsC7HbFc7hqWdxkSmCttv/?format=html&lang=pt#

Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Barbosa, V. M. A. C., Monção, C. A. D., Ramos, F. V., Paula, A. A., Oliveira, N. A., & Gomes, B. M. (2024). Brazilian-style feminicide: Memorialistic narratives as a method in colonial heritage data collection. *Social Sciences*, *13*(3), 52-60. https://doi.org/10.11648/j.ss.20241303.12

Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Bruck, M. S., Fernandes, J. C., & Oliveira, N. A. (2026). Psicanálise e comunicação social: afetos e éticas nos processos midiáticos do feminicídio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *46*, Artigo e282661. https://doi.org/10.1590/1982-3703003282661

Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., Monteiro, D. T. T., Barbosa, V. M. A. C., & Ramos, F. V. (2024). Feminicídio à brasileira: o amor narcísico e suas implicações no corpo feminino. *Cuadernos De Educación y Desarrollo, 16*(8), e5169. https://doi.org/10.55905/cuadv16n8-071

Januzzi, M. E. S., Moreira, J. O., Guerra, A. M. C., Vasconcelos, M. A. M., & Monteiro, D. T. T. (2025). Laaye! Tecendo histórias e ressignificando memórias. Em L. C. Teixeira e L. Danziato (Orgs.), *Violência de gênero: saberes e práticas interdisciplinares* (pp. 45-58). CRV. https://doi.org/10.24824/978652517584.3

Lacan, J. (1988). *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (A. Quinet, Trad.). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1959-1960).

Lacan, J. (2003). Ato de fundação. Em *Outros escritos* (pp. 235-247). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1964)

Laurent, É. (1999). O analista cidadão (H. S. Castro, Trad.). *Curinga*, (13), 7-13.

Laurentiis, G. B. D. (2021). *Louise Bourgeois e modos feministas de criar* (2ª ed.). Sobinfluencia.

Lei No. 11.340, de 7 de agosto de 2006. (2006). *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

Lei No. 13.104, de 9 de março de 2015. (2015). *Altera o art. 121 do Decreto-Lei No. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o. da Lei No. 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm

Lira, K. F. S. (2024). Gênero, violência e saúde mental: Relato de experiência no sertão pernambucano. *Fractal: Revista de Psicologia*, 36, e10119. https://doi.org/10.22409/1984-0292/2024/v36/10119

Lispector, C. (2020). A língua do "p". Em C. Lispector, *A via crucis do corpo* (pp. 62-65). Rocco.

Magnus, A., Heinen, M., & Falcke, D. (2025). Psicoterapia com mulheres em situação de violência por parceiro íntimo: uma revisão sistemática. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, *27*(1), ePTPCP17142. https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPCP17142.pt

Miller, J. A. (2001). Psicanálise pura, psicanálise aplicada versus psicoterapia. *Phoenix: Revista da Delegação Paraná da Escola Brasileira de Psicanálise*, 3, 9-44.

Miller, J. A. (2009). A palavra que fere. *La Cause Freudienne*, 72, 133-136.

Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.

Parker, R. (2026). *The subversive stitch: Embroidery and the making of the feminine* (12th ed.). Bloomsbury Visual Arts.

Prefeitura de Belo Horizonte, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais [PUC Minas], & Associação das Prostitutas de Minas Gerais [Aprosmig]. (2024). *Diagnóstico socioterritorial e assessoramento às redes de trabalhadoras sexuais da Guaicurus: relatório final.* https://aprosmig.org.br/assets/2024-10-21-diagnostico-socioterritorial/relatorio-final-010324-2.pdf

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 117-142). CLACSO.

Resolução No. 510, de 7 de abril de 2016. (2016). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conselho Nacional de Saúde. *Diário Oficial da União*, seção 1, 44-46.

Resolução No. 674, de 6 de maio de 2022. (2022). *Dispõe sobre a tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep*. Conselho Nacional de Saúde. https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-674-de-6-de-maio-de-2022-*-438595738

Rosa, M. D. (2013). Psicanálise implicada: Vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, 29-40.

Rosa, M. D. (2022). Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *42*, e242179. https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179

United Nations Office on Drugs and Crime & ONU Mulheres. (2025). *Feminicídios em 2024: estimativas globais de feminicídios cometidos por parceiros íntimos ou familiares*. https://www.unwomen.org/sites/default/files/2025-11/femicides-in-2024-global-estimates-of-intimate-partner-family-member-femicides-en.pdf

Wald, A., Becker Lewkowicz, A., Goldstein, J., Vivian Lahude, D., Friedman Maltz, F., & Wainstein, M. (2022). Psicanálise situada e plural: Extensões, interrogações e inovações conceituais. *Revista de Psicanálise da SPPA*, *29*(2), 243-256. https://revista.sppa.org.br/RPdaSPPA/article/view/1046

CRediT

Conceitualização: M.E.S.J., J.O.M.; Curadoria de dados: M.E.S.J., J.O.M., J.C.F., D.T.T.M., M.A.M.V., N.C.G.S., L.V.O.F., J.B.A.M.; Análise formal: M.E.S.J., J.O.M., J.C.F., D.T.T.M., M.A.M.V., N.C.G.S., L.V.O.F., J.B.A.M.; Investigação: M.E.S.J., J.O.M., J.C.F., D.T.T.M., M.A.M.V., N.C.G.S., L.V.O.F., J.B.A.M.; Metodologia: M.E.S.J.; J.O.M.; Administração do projeto: M.E.S.J., J.O.M.; Recursos: M.E.S.J., J.O.M., J.C.F., D.T.T.M., M.A.M.V., N.C.G.S., L.V.O.F., J.B.A.M.; Supervisão: M.E.S.J; J.O.M.; Validação: M.E.S.J; J.O.M.; Redação (versão original): M.E.S.J., J.O.M., J.C.F., D.T.T.M., M.A.M.V., N.C.G.S., L.V.O.F., J.B.A.M.; Redação (revisão e edição): M.E.S.J.

Uso de Inteligencia Artificial

Durante a elaboração deste artigo, as pessoas autoras utilizaram a ferramenta de inteligência artificial generativa Chat GPT, desenvolvida pela OpenAI para efeito de tradução. Após utilizar essa ferramenta/serviço, o autor ou os autores revisaram e editaram o conteúdo conforme necessário e assumem total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.